WALBER DE MOURA AGRA

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

10ª edição

Belo Horizonte
FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO
2021

© 2006 Editora Forense
2007 2ª edição
2007 3ª edição
2008 4ª edição
2009 5ª edição
2010 6ª edição
2012 7ª edição
2014 8ª edição
© 2018 9ª edição Editora Fórum Ltda.
2021 10ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho
Alexandre Coutinho Pagliarini
André Ramos Tavares
Carlos Ayres Britto
Carlos Mário da Silva Velloso
Cármen Lúcia Antunes Rocha
Cesar Augusto Guimarães Pereira
Clovis Beznos
Cristiana Fortini
Dinorá Adelaide Musetti Grotti
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (*in memoriam*)
Egon Bockmann Moreira
Emerson Gabardo
Fabrício Motta
Fernando Rossi
Flávio Henrique Unes Pereira
Floriano de Azevedo Marques Neto
Gustavo Justino de Oliveira
Inês Virgínia Prado Soares
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Juarez Freitas
Luciano Ferraz
Lúcio Delfino
Marcia Carla Pereira Ribeiro
Márcio Cammarosano
Marcos Ehrhardt Jr.
Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Ney José de Freitas
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Paulo Modesto
Romeu Felipe Bacellar Filho
Sérgio Guerra
Walber de Moura Agra

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Apoio: Associação dos Magistrados Brasileiros

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

A277c Agra, Walber de Moura

Curso de Direito Constitucional / Walber de Moura Agra.–10. ed. Belo Horizonte : Fórum, 2021.

956 p.
ISBN: 978-65-5518-249-1

1. Direito Constitucional. 2. Direito. I. Título.

CDD 341.2
CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Curso de Direito Constitucional*. 10. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 956 p. ISBN 978-65-5518-249-1.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À DÉCIMA EDIÇÃO 25
APRESENTAÇÃO À NONA EDIÇÃO 27
APRESENTAÇÃO À OITAVA EDIÇÃO 29
APRESENTAÇÃO À SÉTIMA EDIÇÃO 31
APRESENTAÇÃO À SEXTA EDIÇÃO 33
APRESENTAÇÃO À QUINTA EDIÇÃO 35
APRESENTAÇÃO À QUARTA EDIÇÃO 37
APRESENTAÇÃO À TERCEIRA EDIÇÃO 39
APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO 41

APRESENTAÇÃO 43

CAPÍTULO 1
ESTADO 45
1.1 Território 46
1.2 Povo 47
1.3 Governo 47
1.4 Poder 48
1.5 Origem e justificação do Estado 50
1.5.1 Estado Antigo 51
1.5.2 Estado grego 52
1.5.3 Estado romano 52
1.5.4 Estado medieval 53
1.6 Estado de Direito 54
1.7 O Estado Moderno 56
1.8 O Estado Liberal e o Estado Social 57
1.9 A crise do Estado Social de Direito 62
1.10 Globalização 65
1.11 Pós-modernidade e a crise do direito legislado 66
1.12 O "estertor da democracia": crise do Estado Democrático de Direito 69

CAPÍTULO 2
PODER CONSTITUINTE 71
2.1 Poder Reformador 73
2.2 Poder Decorrente e suas limitações 74
2.3 Modificação pela mutação constitucional 78

CAPÍTULO 3
CONSTITUIÇÃO 81
3.1 Força normativa 83
3.2 Sistemas constitucionais 85
3.2.1 Sistema inglês 85
3.2.2 Sistema francês 87
3.2.3 Sistema norte-americano 88
3.3 Neoconstitucionalismo 89
3.3.1 O papel dos direitos humanos no neoconstitucionalismo 91
3.4 Visão sociológica da Constituição 93
3.5 Visão jurídica da Constituição 94
3.6 Visão política da Constituição 95
3.7 Características da Constituição 96
3.8 Classificações das Constituições 98
3.8.1 Quanto ao conteúdo 98
3.8.1.1 Constituição material 98
3.8.1.2 Constituição formal 99
3.8.2 Quanto à origem 100
3.8.2.1 Constituição promulgada 100
3.8.2.2 Constituição outorgada 100
3.8.3 Quanto à forma 100
3.8.3.1 Constituição costumeira 100
3.8.3.2 Constituição escrita 101
3.8.4 Quanto à estabilidade 101
3.8.4.1 Constituição rígida 101
3.8.4.2 Constituição flexível 101
3.8.4.3 Constituição semirrígida 102
3.8.4.4 Constituição imutável 102

3.8.4.5 Constituição fixa ... 102
3.8.5 Quanto à extensão ... 102
3.8.5.1 Constituição sintética ... 102
3.8.5.2 Constituição analítica ... 103
3.8.6 Quanto ao modo de elaboração ... 103
3.8.6.1 Constituição dogmática ... 103
3.8.6.2 Constituição histórica ... 103
3.9 Outros tipos de classificações ... 103
3.10 Diferenciação entre fonte constitucional formal e material ... 105
3.11 Histórico das Constituições brasileiras ... 105
3.11.1 Constituição de 1824 ... 105
3.11.2 Constituição de 1891 ... 107
3.11.3 Constituição de 1934 ... 108
3.11.4 Constituição de 1937 ... 109
3.11.5 Constituição de 1946 ... 110
3.11.6 Constituição de 1967/1969 ... 110
3.11.7 Constituição de 1988 ... 112
3.11.8 A Constituição de 1988 e seu papel dirigente ... 113
3.12 Interpretação constitucional ... 114
3.12.1 Necessidade de uma interpretação sistêmica da Constituição ... 116
3.12.2 Peculiaridades da interpretação constitucional ... 116
3.12.3 Inicialidade da Constituição ... 117
3.12.4 Conteúdo político ... 118
3.12.5 Linguagem em forma sintética ... 118
3.12.6 Predominância das normas de estrutura na Constituição ... 119
3.12.7 Princípio da presunção de constitucionalidade das normas infraconstitucionais ... 119
3.12.8 Métodos clássicos de interpretação constitucional ... 119
3.12.9 Classificação da interpretação quanto à origem ... 120
3.12.10 A tópica de Theodor Viehweg ... 120
3.12.11 A metódica estruturante de Friedrich Müller ... 121
3.13 A Constituição analisada sob um aspecto sistêmico ... 122

CAPÍTULO 4
EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS ... 127
4.1 Normas constitucionais de eficácia absoluta ... 129
4.2 Normas constitucionais de eficácia plena ... 130
4.3 Normas constitucionais de eficácia limitada ... 131
4.4 Normas programáticas ... 131
4.5 Normas de princípios institutivos ... 133
4.6 Normas de eficácia contida ... 134

CAPÍTULO 5
APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO TEMPO ... 137
5.1 Desconstitucionalização ... 137
5.2 Repristinação ... 138
5.3 *Vacatio constitutionis* ... 138
5.4 Recepção das normas infraconstitucionais ... 139

CAPÍTULO 6
PREÂMBULO CONSTITUCIONAL ... 141

CAPÍTULO 7
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS ... 145
7.1 Princípios e regras ... 145
7.1.1 "Conceitos jurídicos indeterminados" ... 147
7.2 Princípios fundamentais ... 149
7.3 Regime democrático ... 149
7.4 Formas de Estado: unitário e federal ... 152
7.5 Formas de governo: monarquia e república ... 153
7.5.1 Republicanismo ... 155
7.6 Sistemas de governo: parlamentarismo e presidencialismo ... 158
7.7 Fundamentos da República Federativa do Brasil ... 160
7.7.1 Soberania ... 160
7.7.2 Cidadania ... 163
7.7.3 Dignidade da pessoa humana ... 163
7.7.3.1 Fundamentação do princípio da dignidade humana ... 165
7.7.4 Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa ... 166
7.7.5 Pluralismo político ... 166
7.8 Legitimação do poder ... 167

7.9 Separação de poderes ... 168
7.10 Objetivos fundamentais ... 170
7.11 Princípios constitucionais internacionais ... 170

CAPÍTULO 8
TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS ... 173
8.1 Introdução ... 173
8.2 Direitos humanos ... 173
8.3 Tentativa de conceituação dos direitos humanos ... 175
8.4 Retrospectiva histórica dos direitos humanos ... 180
8.5 Evolução das principais declarações de direitos ... 183
8.5.1 *Magna Charta Libertatum* (1215) ... 183
8.5.2 A Carta da Virgínia (1606) ... 185
8.5.3 *Petition of Rights* (1628) ... 185
8.5.4 *Bill of Rights* (1689) ... 186
8.5.5 Declaração de Direitos da Virgínia (1776) ... 187
8.5.6 Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) ... 188
8.5.7 Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789) ... 190
8.5.8 Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado (1917) ... 191
8.5.9 Declaração de Direitos do Homem (1948) ... 192
8.6 Classificação dos direitos humanos ... 193
8.7 Evolução dos direitos humanos ... 194
8.8 Dimensões subjetiva e objetiva dos direitos humanos ... 198
8.8.1 Dimensão subjetiva ... 198
8.8.2 Dimensão objetiva ... 199
8.9 Teoria dos quatro *status* de Jellinek ... 199
8.10 Funções dos direitos humanos ... 200
8.10.1 Função de defesa ... 200
8.10.2 Função de prestação ... 200
8.10.3 Função de proteção perante terceiros ... 201
8.10.4 Função de não discriminação ... 201
8.11 Características dos direitos humanos ... 201
8.11.1 Historicidade ... 202
8.11.2 Universalidade ... 202
8.11.3 Inalienabilidade ... 202
8.11.4 Imprescritibilidade ... 203
8.11.5 Irrenunciabilidade ... 203
8.11.6 Limitabilidade ... 203
8.11.7 Concorrência ... 204
8.11.8 Constitucionalização ... 204
8.12 Limitação horizontal dos direitos humanos e o princípio da proporcionalidade ... 204
8.13 Tolerância ... 207
8.14 Eficácia horizontal dos direitos humanos (*Drittwirkung*) ... 208

CAPÍTULO 9
DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS ... 209
9.1 Direito à vida ... 210
9.1.1 Quando começa a vida humana? ... 211
9.2 Direito à liberdade ... 214
9.3 Isonomia ... 215
9.4 Isonomia de gênero ... 218
9.5 Compatibilidade entre as ações afirmativas e o princípio da isonomia ... 220
9.6 Princípio da legalidade ... 224
9.6.1 Jurisprudencialização ... 226
9.7 Direito de resistência ... 228
9.8 Princípio da liberdade de locomoção ... 229
9.9 Princípio da liberdade profissional ... 229
9.10 Princípio da liberdade de pensamento ... 230
9.10.1 Pensamento ... 230
9.10.2 Direito à informação pelos órgãos públicos ... 231
9.10.3 Liberdade de expressão de pensamento ... 231
9.10.4 Restrições à liberdade de pensamento ... 234
9.10.5 Ressarcimento do dano ... 235
9.10.6 Liberdade de consciência ... 237
9.10.7 Liberdade de crença ... 237
9.10.8 Escusa de consciência ... 238
9.11 Direito de privacidade ... 239
9.12 Direito à inviolabilidade de domicílio ... 241
9.13 Direito à inviolabilidade de comunicação ... 243

9.13.1 O Marco Civil da Internet ... 248
9.14 Direitos coletivos ... 248
9.14.1 Direito de reunião ... 248
9.14.2 Direito de associação ... 250
9.15 Direito de propriedade e sua função social ... 251
9.15.1 Exceções ao direito de propriedade ... 251
9.15.2 Defesa da pequena propriedade rural ... 253
9.15.3 Direito à herança ... 253
9.15.4 Propriedade imaterial ... 254

CAPÍTULO 10
GARANTIAS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS ... 257
10.1 Direito processual constitucional e direito constitucional processual ... 257
10.2 Direito de petição ... 258
10.3 Princípio da universalidade de jurisdição e princípio do acesso ao Poder Judiciário ... 259
10.4 Duplo grau de jurisdição ... 260
10.5 Princípio da irretroatividade mitigada ... 261
10.6 Vedação de tribunais de exceção e juiz natural ... 262
10.7 Soberania do Tribunal do Júri ... 264
10.7.1 Garantias do Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII, *a*, *b* e *c*, da CF) ... 264
10.8 Princípio da legalidade penal ... 265
10.9 Crime de racismo e crimes hediondos ... 267
10.10 Penas permitidas e proibidas ... 269
10.11 Princípio do devido processo legal ... 270
10.12 Vedação à extradição de nacionais ... 273
10.13 Garantias processuais dos presos (art. 5º, XLVIII, L e LXI a LXVII, da CF) ... 278
10.14 Prisão civil ... 279
10.15 Direito à duração razoável do processo ... 281

CAPÍTULO 11
REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS, GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E *WRITS* CONSTITUCIONAIS ... 283
11.1 *Habeas corpus* ... 284
11.2 Mandado de segurança ... 288
11.2.1 Procedimento do mandado de segurança ... 290
11.2.2 Mandado de segurança coletivo ... 293
11.3 Mandado de injunção ... 298
11.4 *Habeas data* ... 303
11.4.1 Fase pré-processual ... 305
11.4.2 Fase judicial ... 306
11.5 Ação popular ... 306
11.6 Ação civil pública ... 308
11.6.1 Competência ... 310
11.6.2 Legitimidade ... 310
11.6.3 Inquérito civil ... 312
11.6.4 Compromisso de ajustamento de conduta ... 312
11.6.5 Coisa julgada ... 313
11.6.6 Da responsabilidade ambiental do réu e a sentença ... 313
11.6.7 Sucumbência ... 314
11.7 Da ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade ... 314

CAPÍTULO 12
APLICABILIDADE IMEDIATA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E O SEU CARÁTER EXEMPLIFICATIVO ... 315
12.1 Aplicabilidade imediata dos direitos e garantias fundamentais ... 315
12.2 Princípio exemplificativo dos direitos e garantias fundamentais ... 316
12.3 A constitucionalização dos tratados e convenções internacionais ... 317
12.4 O controle de convencionalidade e a interpretação pela norma mais favorável ao titular do direito ... 318
12.5 A jurisdição do Tribunal Penal Internacional ... 319

CAPÍTULO 13
DIREITOS SOCIAIS ... 323
13.1 Definição dos direitos sociais ... 325
13.1.1 Enquadramento dos direitos sociais ... 331
13.1.2 Coercitividade dos direitos sociais ... 333
13.1.3 Direitos individuais dos trabalhadores ... 336

13.1.4 Garantia de emprego ... 336
13.1.5 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ... 336
13.1.6 Seguro-desemprego ... 337
13.1.7 Salário mínimo ... 337
13.1.8 Condições dignas de trabalho, repouso e inatividade ... 338
13.1.9 Proteção ... 339
13.1.10 Estipulação da jornada de trabalho ... 340
13.1.11 Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho ... 341
13.1.12 Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas ... 342
13.1.13 Proteção em face da automação ... 342
13.1.14 Participação nos lucros e cogestão ... 342
13.1.15 Vantagens salariais ... 343
13.1.16 Vedações nas relações trabalhistas ... 344
13.1.17 Prazo prescricional ... 346
13.1.17.1 Da extensão dos direitos trabalhistas aos empregados domésticos ... 347
13.2 *Entrenchment* dos direitos sociais ... 348
13.2.1 Estabelecimento dos parâmetros do *entrenchment* ... 351
13.2.2 Extensão do *entrenchment*. O conteúdo mínimo dos direitos fundamentais ... 352
13.2.3 Reserva do possível ... 356
13.3 Direitos coletivos dos trabalhadores ... 358
13.3.1 Liberdade de associação profissional ou sindical ... 358
13.3.2 Liberdade sindical ... 358
13.3.3 Liberdade de adesão sindical ... 358
13.3.4 Liberdade de atuação sindical ... 358
13.3.5 Proteção aos dirigentes sindicais ... 359
13.3.6 Greve ... 359
13.3.7 Substituição processual ... 360
13.3.8 Participação laboral ... 360
13.3.9 Representação na empresa ... 361

CAPÍTULO 14
NACIONALIDADE ... 363
14.1 Exceções ao *jus soli* ... 365
14.2 Formas de naturalização ... 366
14.3 Princípio da reciprocidade ... 367
14.4 Exceções à igualdade entre brasileiros natos e naturalizados ... 367
14.5 Outras distinções entre brasileiros natos e naturalizados ... 368
14.6 Perda da nacionalidade do brasileiro ... 368
14.7 Casos de dupla nacionalidade permitidos pelo Brasil ... 369
14.8 Reaquisição da nacionalidade brasileira ... 369
14.9 Condição jurídica do estrangeiro residente no Brasil ... 370
14.10 Limites territoriais do Brasil para a configuração do *jus soli* ... 371
14.11 Língua oficial e símbolos nacionais ... 372

CAPÍTULO 15
DIREITOS POLÍTICOS ... 373
15.1 A soberania popular e a soberania da nação ... 373
15.2 Legitimação democrática ... 374
15.3 Institutos da democracia participativa ... 375
15.4 Representação política ... 377
15.5 Sistemas eleitorais ... 381
15.6 Alistamento eleitoral e voto ... 381
15.7 Condições de elegibilidade ... 382
15.8 Reeleição ... 383
15.9 Inelegibilidade ... 384
15.9.1 Da natureza jurídica da inelegibilidade ... 386
15.9.2 Inelegibilidade como situação jurídica ... 387
15.10 Elegibilidade do militar ... 388
15.11 Ação de impugnação de mandato eletivo ... 388
15.12 Perda e suspensão dos direitos políticos ... 390
15.13 Princípio da anterioridade eleitoral e impedimento da *vacatio legis* ... 391
15.14 Situação jurídica das "candidaturas coletivas" à luz da Constituição Federal ... 392

CAPÍTULO 16
PARTIDOS POLÍTICOS ... 395
16.1 Histórico ... 396

16.2 Criação ... 397
16.3 Princípios partidários ... 399
16.4 Quociente eleitoral ... 402
16.5 Da disciplina partidária ... 402
16.6 Fidelidade partidária ... 404
16.7 Fidelidade partidária e liberdade no exercício do mandato parlamentar ... 409
16.8 Processo de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária ... 411
16.9 Fidelidade partidária antes da Resolução nº 22.610/2007 ... 414

CAPÍTULO 17
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA ... 415
17.1 Desmembramento dos estados-membros e dos municípios ... 415
17.1.1 Requisitos para o desmembramento de estado-membro ... 416
17.1.2 Requisitos para o desmembramento de município ... 416
17.2 Vedações aos entes federativos ... 417
17.3 Bens da União ... 418

CAPÍTULO 18
COMPETÊNCIA FEDERATIVA ... 421
18.1 Competência exclusiva da União ... 423
18.2 Competência privativa ... 425
18.3 Competência comum ... 425
18.4 Competência concorrente ... 427
18.5 Competência dos estados federados ... 429
18.5.1 Competência residual ... 429
18.5.2 Competência de organização administrativa ... 429
18.6 Conflito na repartição de competência ... 430
18.6.1 A repartição constitucional de competências no enfrentamento à pandemia de Covid-19 ... 431
18.7 Bens dos estados-membros ... 432
18.8 Organização política dos estados-membros ... 432
18.9 A estrutura constitucional dos municípios ... 433
18.10 Competência municipal ... 434
18.11 Organização política dos municípios ... 437
18.12 Fiscalização municipal ... 441
18.13 Distrito Federal ... 442
18.14 Territórios ... 443

CAPÍTULO 19
INTERVENÇÃO ... 445
19.1 Intervenção estadual e municipal ... 446
19.2 Tipos de intervenção ... 447
19.3 Concretização da intervenção ... 448
19.4 Limites da intervenção federal ... 450
19.5 Natureza da intervenção ... 451
19.6 Motivos da intervenção nos estados ... 451
19.7 Motivos da intervenção nos municípios ... 453
19.8 Requisitos para a decretação da intervenção ... 454

CAPÍTULO 20
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ... 457
20.1 Considerações preliminares ... 457
20.2 Princípios da Administração Pública ... 458
20.2.1 Princípio da legalidade ... 458
20.2.2 Princípio da moralidade ... 459
20.2.3 Princípio da impessoalidade ... 460
20.2.4 Princípio da publicidade ... 460
20.2.5 Princípio da eficiência ... 461
20.2.5.1 Características do princípio da eficiência ... 462
20.3 Princípios implícitos da Administração Pública ... 463
20.3.1 Princípio da supremacia do interesse público ... 463
20.3.2 Princípio da finalidade ... 463
20.3.3 Princípio da motivação ... 464
20.3.4 Princípio da responsabilidade estatal ... 464
20.4 Investidura na Administração Pública ... 464
20.5 Direito de greve dos servidores públicos ... 468
20.6 Remuneração dos servidores públicos ... 470
20.7 Vedação de acumulação de cargo, função ou emprego público ... 471
20.8 Improbidade administrativa ... 473

20.9 Responsabilidade da Administração Pública ... 476
20.10 Licitação para contratação de obras, serviços, compra e alienações pela Administração Pública ... 478
20.11 Publicidade dos órgãos públicos ... 483
20.12 Responsabilidade civil decorrente de atos legislativos ... 484
20.12.1 Pressupostos necessários à sua configuração ... 485
20.12.2 Hipóteses de responsabilidade civil por atos legislativos ... 486
20.13 Perda de cargo ou emprego público ... 487
20.14 Dos militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios ... 489

CAPÍTULO 21
REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ... 491
21.1 Regime previdenciário dos servidores públicos ... 491
21.2 Natureza do regime previdenciário dos servidores públicos ... 493
21.3 Previdência complementar ... 494
21.4 Aposentadoria dos futuros servidores ... 495
21.5 Requisitos para a aposentadoria com proventos integrais ... 496
21.6 Contribuição extraordinária (art. 149 da Constituição Federal) ... 497
21.7 Regras de transição do regime próprio de previdência ... 498
21.8 Abono de permanência ... 499
21.9 Novas regras das pensões ... 499
21.10 Teto salarial ... 500
21.11 Sistema previdenciário dos estados, municípios e Distrito Federal ... 502
21.12 Aposentadoria especial ... 503
21.13 Contribuição dos inativos ... 503
21.13.1 Proteção parcial dos direitos adquiridos ... 504
21.14 A contribuição dos inativos e o direito adquirido ... 505
21.15 Outras inconstitucionalidades da Reforma Previdenciária ... 508
21.16 Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre contribuição previdenciária ... 510

CAPÍTULO 22
REGIÕES ... 513

CAPÍTULO 23
PODER LEGISLATIVO ... 517
23.1 *Quorum* ... 520
23.2 Atribuições do Congresso Nacional ... 521
23.2.1 Atribuição legislativa imprópria ... 522
23.2.2 Atribuição legislativa própria ... 522
23.2.3 Direito de convocação ... 523
23.2.4 Direito de audiência ... 524
23.2.5 Direito de informação administrativa ... 524
23.3 Atribuições da Câmara dos Deputados ... 524
23.4 Atribuições do Senado ... 525
23.5 Imunidades parlamentares e perda de mandato ... 526
23.5.1 Requisitos para abertura de processo contra parlamentares (imunidade formal) ... 530
23.5.2 Extensão da imunidade ... 533
23.5.3 Impedimentos dos parlamentares ... 533
23.5.4 Perda do mandato ... 534
23.5.5 Investidura, pelos parlamentares, em outros cargos ... 536
23.5.6 Licenças ... 537
23.5.7 Afastamento de parlamentares ... 537
23.6 Reunião ... 538
23.6.1 Sessões extraordinárias ... 540
23.6.2 Sessões conjuntas ... 540
23.7 Comissão representativa ... 542
23.8 Comissões ... 542
23.9 Comissões parlamentares de inquérito ... 542
23.9.1 Dever de comparecimento à Comissão Parlamentar de Inquérito ... 545
23.9.2 Transferência de sigilos bancário, fiscal, telemático e telefônico ... 546
23.9.3 Princípio da colegialidade ... 547

CAPÍTULO 24
PROCESSO LEGISLATIVO ... 549
24.1 Da não existência de hierarquização no art. 59 da CF ... 550
24.2 Emendas constitucionais ... 551
24.2.1 Limites materiais ... 552
24.2.2 Limites temporais ... 554

24.2.3 Limites circunstanciais ... 555
24.2.4 Procedimento das emendas ... 556
24.3 Leis complementares ... 558
24.4 Leis ordinárias. Procedimento ordinário ... 559
24.5 Procedimento sumário ... 567
24.6 Procedimento sumaríssimo ... 567
24.7 Procedimento legislativo abreviado ... 568
24.8 Procedimento legislativo concentrado ... 568
24.9 Procedimento legislativo especial ... 568
24.10 Leis delegadas ... 569
24.11 Medidas provisórias ... 570
24.11.1 Medidas provisórias editadas por governadores ... 576
24.12 Lei federal e lei nacional ... 577
24.13 Decretos legislativos e resoluções ... 577
24.14 Tratados internacionais ... 578
24.15 Leis orçamentárias ... 579

CAPÍTULO 25
FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA ... 583

CAPÍTULO 26
PODER EXECUTIVO ... 591
26.1 Competência do presidente da República ... 593
26.2 Ministros de Estado ... 595
26.3 *Impeachment* ... 596
26.3.1 Histórico ... 596
26.3.2 Crimes de responsabilidade ... 597
26.3.3 Crimes comuns ... 598
26.3.4 Procedimento nos crimes de responsabilidade ... 598
26.3.5 Procedimento nos crimes comuns ... 600
26.3.6 Sanção ... 601
26.3.7 Responsabilidade relativa do presidente da República ... 602
26.3.8 Competência do STF para julgamento dos crimes comuns ... 602
26.3.9 Competência do STJ para julgamento dos crimes comuns ... 603
26.3.10 *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff ... 603
26.3.11 O *impeachment* de governadores e prefeitos ... 604

CAPÍTULO 27
CONSELHO DA REPÚBLICA E CONSELHO DE DEFESA NACIONAL ... 607
27.1 Conselho da República ... 607
27.2 Conselho de Defesa Nacional ... 608

CAPÍTULO 28
PODER JUDICIÁRIO ... 611
28.1 Estrutura do Poder Judiciário ... 611
28.2 Obrigatoriedade de três anos de exercício de atividades jurídicas ... 615
28.3 Introdução de parâmetros objetivos de aferição por merecimento ... 617
28.4 Recusa do juiz mais antigo ... 619
28.5 Impedimento de promoção ... 619
28.6 Critérios de acesso aos tribunais de segundo grau ... 620
28.7 Cursos de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados ... 621
28.8 Obrigatoriedade de residência na comarca ... 621
28.9 Remoção, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados ... 622
28.10 Publicidade dos julgamentos e eleição para a composição do órgão especial ... 623
28.11 Agilização da prestação jurisdicional ... 625
28.12 Quinto constitucional nos tribunais ... 627
28.13 Juizados Especiais e Justiça de Paz ... 628
28.14 Autonomia do Poder Judiciário ... 629
28.15 Supremo Tribunal Federal ... 630
28.16 Extensão dos efeitos vinculantes da decisão ... 634
28.17 Súmula vinculante ... 635
28.18 Súmulas vinculantes publicadas pelo Supremo Tribunal Federal ... 638
28.19 Conselho Nacional de Justiça ... 653
28.20 A constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça ... 656
28.21 A Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça ... 656
28.22 Superior Tribunal de Justiça ... 657
28.23 Recurso extraordinário e recurso especial ... 661
28.24 Repercussão geral dos recursos extraordinários ... 663
28.25 Tribunais Regionais Federais e juízes federais ... 665
28.25.1 Julgamento de crimes contra direitos humanos pela Justiça Federal ... 668

28.26 Tribunais e juízes do Trabalho ... 669
28.26.1 Regulamentação do Superior Tribunal do Trabalho ... 669
28.26.2 Criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho ... 671
28.26.3 Varas da Justiça do Trabalho ... 671
28.26.4 Competência da Justiça do Trabalho ... 671
28.26.5 Tribunais Regionais do Trabalho ... 679
28.27 Tribunais e juízes eleitorais ... 680
28.28 Tribunais e juízes militares ... 682
28.29 Tribunais e juízes dos estados ... 683
28.30 Precatórios ... 685
28.31 Ativismo judicial e estado de coisa inconstitucional ... 690

CAPÍTULO 29
JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL ... 693
29.1 Conceito de jurisdição ... 693
29.2 Classificação da jurisdição ... 694
29.3 Definição de jurisdição constitucional ... 696
29.4 Natureza da jurisdição constitucional ... 697
29.5 Função da jurisdição constitucional ... 699

CAPÍTULO 30
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ... 703
30.1 Fundamentação ... 703
30.2 Natureza do ato declarado inconstitucional ... 704
30.3 Histórico ... 706
30.4 Retrospectiva do controle de constitucionalidade nas Constituições brasileiras 707
30.5 Órgãos de controle de constitucionalidade ... 710
30.6 Tipos de inconstitucionalidade ... 711
30.7 Momentos de incidência do controle de constitucionalidade ... 715
30.8 Controle das normas constitucionais no tempo ... 718
30.9 Extensão da inconstitucionalidade ... 720
30.10 Ação direta de inconstitucionalidade – ADIn ... 720
30.11 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão ... 725
30.12 Ação declaratória de constitucionalidade – ADC ... 733
30.13 Ação direta interventiva ... 736
30.14 Arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF ... 737
30.14.1 Competência ... 739
30.14.2 Inovações ... 740
30.14.3 Procedimento ... 741
30.14.4 Princípio da subsidiariedade ... 743
30.14.5 Analogia com o recurso constitucional alemão ... 745
30.14.6 Incidente de constitucionalidade e a sua inconstitucionalidade ... 747
30.15 Controle difuso ou por via de exceção ... 748
30.16 Modulação de efeitos em sede de controle difuso ... 752
30.17 Transcendência dos motivos em ações diretas ... 754
30.18 Efeito vinculante em sede de controle difuso? ... 755
30.19 O controle difuso e a reserva de plenário ... 757
30.20 Controle de constitucionalidade nos âmbitos estadual e municipal ... 759
30.21 Interpretação conforme a Constituição e inconstitucionalidade parcial sem redução de texto ... 762
30.22 Procedimento do sistema concentrado de controle de constitucionalidade. Lei nº 9.868/1999 (ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade) ... 764
30.23 Bloco de constitucionalidade ... 770
30.24 Inconstitucionalidade da coisa julgada ... 772

CAPÍTULO 31
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA ... 777
31.1 Ministério Público ... 778
31.1.1 Natureza do Ministério Público ... 779
31.1.2 Princípios institucionais (art. 127, §1º, da CF) ... 780
31.1.2.1 Unidade ... 780
31.1.2.2 Indivisibilidade ... 782
31.1.2.3 Independência funcional ... 782
31.1.3 Garantias ... 783
31.1.3.1 Vitaliciedade ... 783
31.1.3.2 Inamovibilidade ... 783
31.1.3.3 Irredutibilidade de subsídios ... 784
31.1.4 Vedações ... 784
31.1.5 Autonomia administrativa e funcional ... 785

31.1.6 Autonomia financeira e proposta orçamentária do Ministério Público 785
31.1.7 Provimento 786
31.1.8 Funções institucionais 786
31.2 Controle "externo" do Ministério Público 787
31.3 Advocacia pública 789
31.4 Advogados 792
31.5 Defensoria Pública 795
31.6 Autonomia da Defensoria Pública 797

CAPÍTULO 32
ESTADO DE EXCEPCIONALIDADE LEGAL 799
32.1 Histórico 800
32.2 Estado de defesa 801
32.3 Motivos para a instalação do estado de defesa 801
32.4 Medidas do estado de defesa 802
32.5 Estado de sítio 803
32.6 Motivos para a instalação do estado de sítio 804
32.7 Medidas do estado de sítio 804
32.8 Disposições gerais do estado de sítio e de defesa 805

CAPÍTULO 33
FORÇAS ARMADAS 807

CAPÍTULO 34
SEGURANÇA PÚBLICA 813

CAPÍTULO 35
SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL 817
35.1 Tributo e espécies tributárias 817
35.1.1 Conceito de tributo 817
35.1.2 Espécies de tributos 817
35.1.2.1 Impostos 818
35.1.2.2 Taxas 819
35.1.2.3 Contribuição de melhoria 820
35.1.2.4 Empréstimos compulsórios 821
35.1.2.5 Contribuições especiais 821
35.2 Limitações ao poder de tributar 823
35.2.1 Princípio da legalidade tributária 823
35.2.2 Reserva de lei complementar em matéria tributária 823
35.2.3 Princípio da isonomia 824
35.2.4 Princípio da irretroatividade 825
35.2.5 Princípio da anterioridade 825
35.2.6 Princípio da noventena 826
35.2.7 Princípio da proibição de confisco 826
35.2.8 Princípio da capacidade contributiva 827
35.2.9 Princípio da liberdade de tráfego 828
35.2.10 Vedação de diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza 829
35.2.11 Imunidades tributárias 829
35.2.11.1 Imunidade recíproca 829
35.2.11.2 Imunidade dos templos de qualquer natureza 830
35.2.11.3 Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos 831
35.2.11.4 Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão 832
35.2.11.5 Imunidade para fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil 832
35.3 Exoneração tributária e "guerra fiscal" 833
35.4 Substituição tributária "para frente" 834
35.5 Vedações à União 834
35.6 Tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte 835
35.7 Impostos da União 836
35.7.1 Imposto de importação e exportação sobre comércio exterior 836
35.7.2 Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza 836
35.7.3 Imposto sobre Produtos Industrializados 837
35.7.4 Imposto sobre Operações Financeiras – IOF 837
35.7.5 Imposto sobre Propriedade Territorial Rural 838
35.7.6 Imposto sobre Grandes Fortunas 838
35.7.7 Competência residual e impostos extraordinários 839

35.8 Impostos dos estados e do Distrito Federal ... 839
35.8.1 Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação ... 839
35.8.2 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS ... 840
35.8.3 Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA ... 841
35.9 Impostos municipais ... 842
35.9.1 Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU ... 842
35.9.2 Imposto de Transmissão *Inter Vivos* ... 842
35.9.3 Imposto sobre Serviços – ISS ... 843
35.10 Repartição das receitas tributárias ... 843
35.10.1 Repartição direta aos estados e ao Distrito Federal ... 844
35.10.2 Repartição direta aos municípios ... 844
35.10.3 Repartição indireta por parte da União ... 844
35.10.4 Vedação de retenção ... 845

CAPÍTULO 36
FINANÇAS PÚBLICAS ... 847
36.1 Normas gerais ... 847
36.2 Leis orçamentárias ... 849
36.3 Procedimento de confecção das leis orçamentárias ... 851
36.4 Vedações às leis orçamentárias ... 852
36.5 Despesas de pessoal ... 854
36.6 Emendas parlamentares e a natureza jurídica do orçamento ... 855
36.7 Novo Regime Fiscal e as medidas de austeridade fiscal ... 857

CAPÍTULO 37
DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA ... 859
37.1 Constituição econômica ... 859
37.2 Da ordem econômica ... 863
37.3 Dos princípios gerais da ordem econômica ... 868
37.4 Intervenção do Estado na economia ... 874
37.5 O Estado como agente normativo ... 876
37.6 Prestação de serviço público por parte do Estado ... 877
37.7 Regulamentação dos recursos minerais e potenciais de energia hidráulica ... 878
37.8 Política urbana ... 880
37.9 Desapropriação de imóveis urbanos ... 880
37.10 Usucapião urbano ... 881
37.11 Política agrícola, fundiária e reforma agrária ... 881
37.12 Usucapião rural ... 883

CAPÍTULO 38
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL ... 885
38.1 Correção da impropriedade temática ... 885
38.2 Nova estruturação do art. 192 ... 886
38.3 Modificação do art. 52 do ADCT ... 887
38.4 Gastos públicos e a Emenda Constitucional nº 95 ... 887

CAPÍTULO 39
ORDEM SOCIAL ... 889
39.1 Seguridade social ... 889
39.1.1 Diversidade de financiamento ... 890
39.2 Saúde ... 892
39.2.1 Conceituação do direito à saúde ... 894
39.2.2 Efetivação do direito à saúde ... 897
39.3 Previdência Social ... 901
39.4 Assistência social ... 905
39.5 Educação ... 906
39.6 Cultura ... 910
39.7 Desporto ... 913
39.8 Ciência e tecnologia ... 915
39.9 Comunicação social ... 916
39.10 Meio ambiente ... 919
39.11 Família ... 923
39.12 Índios ... 929

REFERÊNCIAS ... 931